

# **Declaração**

## **Federação Sindical Mundial ( FSM)**

### **12º Congresso da União Internacional de Sindicatos de Trabalhadores dos Serviços Públicos e Similares, TUI – PS – Similares**

#### **Funções sociais do Estado – Serviço dos Trabalhadores e do Povo**

#### **Em Defesa dos direitos dos trabalhadores da administração pública**

Os trabalhadores e povos do mundo têm sido confrontados com as profundas consequências do agravamento da crise do sistema capitalista, que o passado recente teve a sua maior expressão desde os anos 30, decorrente da intensificação da exploração e do crescente grau de financiamento da economia. Processos que são resultado direto e intrínseco do desenvolvimento do capitalismo, num quadro em que se acentua a queda tendencial das taxas de lucro na esfera produtiva e se agudiza a concentração do capital.

O agravamento da crise do sistema capitalista pôs novamente as suas insanáveis contradições, estando agora confrontado com longos períodos de estagnação econômica, de quebra no investimento produtivo e desaceleração dos preços. O rápido crescimento do desemprego, atingindo níveis históricos em várias regiões do mundo, reflete-se numa massa de trabalhadores desempregados, a maioria sem qualquer proteção social.

Situação que serve o capital, que usa a ameaça do desemprego para chantagear os trabalhadores, baixar os salários, retirar direitos laborais, enfraquecer o poder negocial na contratação coletiva.

Perante níveis de desemprego sem precedentes – sobretudo nos polos capitalistas – retrocesso econômico, aumento do endividamento público e privado, o capital e os governos ao seu serviço viram uma nova oportunidade para aprofundar a ofensiva contra os

trabalhadores e massas populares, impondo o retrocesso social e civilizacional com sucessivos ataques aos direitos, a contratação coletiva e ao movimento sindical de classe, fazendo engrossar as largas camadas da população que vive em risco de pobreza e agravar a miséria e a exclusão social.

### **A reconfiguração do Estado e a destruição dos serviços públicos**

A reconfiguração do Estado, colocando-o crescentemente ao serviço do grande capital, é claramente um dos grandes objetivos dos governos capitalistas. O denominado Estado Social, criado após a 2ª Guerra Mundial como resposta aos avanços progressistas na União Soviética com vista à construção do socialismo, e que garantiu importantes saltos no desenvolvimento social e económico nos países onde foi implantado, rapidamente se tornou num alvo a abater com o fim da URSS.

As funções sociais do Estado – das quais se destacam a Educação, a Saúde e a Segurança Social - e os princípios de universalidade, solidariedade e gratuidade que estão na sua gênese, resultam da vontade, da reivindicação e da luta dos trabalhadores e das populações e são por isso seu direito alienável. Estes princípios permitiram o alargamento da escolaridade básica e não básica às massas populares, o ingresso à níveis mais elevados de ensino aos filhos dos trabalhadores; permitiram também o acesso universal da população a cuidados de saúde de qualidade em caso de doença e ainda a melhoria na sua prevenção, na saúde pública, no desenvolvimento de setores da saúde que potenciam a melhoria geral das condições de vida; a substituição dos rendimentos no caso da sua perda por doença, maternidade, desemprego e velhice, garantindo que ninguém numa situação de perda total ou parcial de rendimento ficasse na miséria. As funções sociais do Estado atribuem-se ainda responsabilidades na disseminação e democratização da cultura, da arte, na melhoria da mobilidade, no apoio à habitação, no apoio à infância, à velhice e a deficiência com equipamentos públicos, ainda que, com insuficiências face à população necessitada. No global, as funções sociais do Estado permitiram importantes desenvolvimentos sociais e económicos, representando um papel chave na diminuição das profundas desigualdades sociais existentes, sua destruição tem implicado o recuo civilizacional e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e dos povos.

A destruição dessas conquistas dos trabalhadores e das populações, apesar de se enquadrarem num processo que decorre há mais de duas décadas, conheceu novos avanços em termos quantitativos e qualitativos nos últimos anos, utilizando como argumentos a sustentabilidade dos sistemas de proteção social, a consolidação orçamental e a redução das atividades soberanas. No caso dos países da União Europeia, a aprovação de tratados e diretivas profundamente contrários aos interesses e aspirações dos povos tem servido para esmagar seus direitos e conquistas em benefício das grandes empresas, com seus respectivos governos a entregarem a soberania nacional de bandeja para um diretório antidemocrático e neo-liberal.

Os pacotes de privatizações tem sido transversais aos países em retrocesso. Primeiro com a privatização de setores estratégicos da economia e ao desenvolvimento como setor energético (eletricidade, gás, combustíveis), o setor das comunicações, incluindo os serviços postais e as telecomunicações, o setor dos transportes (aéreos, ferroviários, marítimos e rodoviários, tal como respectivas infraestruturas). A privatização destes serviços públicos significou que as empresas monopolistas do Estado passassem a monopólios (ou quase monopólios) privados, garantindo a acumulação de lucros colossais aos acionistas, frequentemente estrangeiros. A total dependência das populações aos bens e serviços que são prestados como: eletricidade, gás, telecomunicações etc., e os enormes investimentos já realizados pelos estados (e pagos impostos) de forma a montar, mais recentemente modernizar as suas redes de distribuição ( com níveis de cobertura das populações avaliar de país para país), além de serem garantia de lucro certo permitem ainda que o capital decida livremente aumentos de tarifas, redução de cobertura dos serviços, deterioração da qualidade dos mesmos, reservando-os a quem pode pagar as elevadas faturas.

Mas o capital não quis ficar somente com os setores estratégicos das economias soberanas. Como tal, os Governos abriram as portas da privatização, das funções sociais do Estado – saúde, educação e segurança social.

Os Governos dos países capitalistas têm procurado deteriorar estas funções sociais, através de cortes progressivos e substanciais nos seus orçamentos, com o encerramento de infraestruturas (escolas, hospitais, centros de saúde, repartições) e serviços de proximidade, com grave prejuízo das populações especialmente aquelas fora dos

grandes centros urbanos. Crianças que passaram a percorrer dezenas de quilômetros para poderem frequentar a escola pública; doentes que demoram mais de uma hora para alcançarem as urgências mais próximas. Já as prestações sociais sofreram reduções significativas, e a crescente burocracia é usada como obstáculo ao acesso aos apoios: veja-se quão baixo é o grau de cobertura do subsídio de desemprego perante o elevado número de trabalhadores sem emprego.

Na Europa, particularmente nos países que sofreram a intervenção da Troika (FMI, BCE e Comissão Europeia) os serviços públicos essenciais começam a entrar em ruptura, fruto dos constantes cortes orçamentais, da falta de recursos humanos e materiais.

O definhamento dos serviços públicos acontece também através do profundo ataque aos trabalhadores da Administração Pública. A diminuição do número de trabalhadores, quer por via dos despedimentos, quer por via da não renovação dos trabalhadores aposentados; a retirada de direitos, com cortes salariais, congelamento de carreiras, bloqueios a contratação e negociação coletivas além de limitações no direito à greve (sendo que em muitos países o direito de greve é totalmente negado aos funcionários públicos); o aumento das jornadas de trabalho; sobrecarga de trabalho; precariedade de milhares de trabalhadores com contratos a termo a desempenhar funções permanentes, tudo, são algumas das linhas ofensivas dos governos. Simultaneamente procura diabolizar o trabalho em carreiras públicas, responsabilizando trabalhadores pelo mau funcionamento dos serviços e resumi-los a números de despesas públicas, de forma a dividir a classe trabalhadora e o povo – quando na realidade os funcionários públicos e das empresas públicas penalizados duplamente com os saques mensais a suas remunerações e com menos, piores e mais caros serviços públicos.

Não há dúvidas de que a deterioração das funções sociais do Estado visa somente a sua privatização. Os governos que esmagam os recursos financeiros, humanos e materiais na saúde e na educação, e também as prestações sociais, são os mesmos que dizem que os serviços públicos não são sustentáveis e capazes de responder às necessidades da população, para depois entregá-los às empresas privadas – deixando os mais desfavorecidos à mercê da caridade e do assistencialismo.

A transformação do Estado num estado mínimo para os trabalhadores e para os povos contrapõem-se ao estado máximo para o capital,

sempre pronto a sustentar financeiramente a grande banca e as multinacionais, quer com injeções diretas de dinheiro quer com múltiplos benefícios fiscais que permitem que estas sejam isentas de qualquer tributação. O reforço dos instrumentos e mecanismos de repressão - cuja utilização passa a resumir as funções do estado neo-liberal - os grande pacotes de privatizações (expurgando do estado de instrumentos intervenção econômica), o processo gradual mas acelerado de perda de soberania e independência nacional, e o vasto conjunto de normas legais penalizadoras da classe trabalhadora, colocam em causa direitos, garantias e liberdades, e visam tentar satisfazer a fome insaciável de mais exploração e mais lucro.

### **O Papel do movimento sindical de classe na defesa dos serviços públicos.**

O movimento sindical de classe profundamente comprometido com a luta dos trabalhadores na defesa dos seus direitos e dos serviços públicos desempenha um papel imprescindível contra o avanço do capital. O patronado, utilizando todos os instrumentos que dispõem, fará para aprofundar a exploração dos trabalhadores, atropelando conquistas, liberdades e garantias dos povos para se manter dominante e engordar os seus bolsos.

O reforço da Unidade e coesão dos trabalhadores em torno dos seus sindicatos de massas e de classes nos locais de trabalho, bem como das estruturas regionais e internacionais da FSM mostra-se, assim, fundamental ao desenvolvimento das reivindicações, das ações de luta de da consciência de classe dos trabalhadores, e em particular dos trabalhadores dos serviços e das empresas públicas. Este reforço pressupõe também a unidade na ação de todos os trabalhadores e a luta contra o reformismo e a ideologia burguesa.

No plano reivindicativo a ação das organizações sindicais filiadas na UIS – Serviços Públicos dever-se a pautar, no respeito pelas particularidades de cada país:

1. Pela exigência de serviços públicos modernos, eficazes, de qualidade, universais e gratuitos que respondam as reais necessidades dos trabalhadores e das populações, contra a sua externalização ou privatização, recusando a sua utilização para a acumulação de lucros por parte da oligarquia;

2. Pela exigência de revogação de todas as normas lesivas dos direitos trabalhadores da Administração Pública nos países estas foram impostas;
3. Pela exigência de melhorias nas condições de trabalho e dívida dos trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente através de melhores salários e horários compatíveis com a sua vida pessoal e familiar;
4. Pelo fim da precariedade dos contratos de trabalho e por garantias de estabilidade no emprego público, que garantam a independência relativamente nos governos capitalistas, quer na ADM central, regional e local, quer nos setores empresariais dos estados;
5. Pelo direito ao exercício da liberdade sindical (Associação, reunião, manifestação, participação, etc) em todos os locais de trabalho e direito a negociação e a contratação coletivas;
6. Pela implementação de políticas sociais que respondam aos interesses dos povos e dos trabalhadores para uma mais justa distribuição da riqueza, com a rejeição de políticas sociais assistencialistas;
7. Pela rejeição de todas as políticas neo-liberais e de austeridade que em varias partes do mundo visam destruir os direitos laborais e sociais dos trabalhadores e dos povos;
8. Pela luta pela paz e solidariedade internacionalista contra guerra, o militarismo, as agressões, ingerências e bloqueios que agridem os interesses dos trabalhadores e dos povos – na defesa da soberania nacional, para que os povos decidam livremente o seu destino.

**Katmandu, Fevereiro de 2015**